

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

[Início](#) [Ações 1º Grau](#) [Ações 2º Grau](#) [Parecer](#) [Citações](#) [Intimações](#) [Audiências](#) [Sessões 2º Grau](#) [Buscas](#) [Estatísticas](#) [Outros](#)**Operação realizada com sucesso. Protocolo:**
2632703520200212094730**Processo 0803646-41.2020.8.23.0010** ☆ - **(7 dia(s) em tramitação)****Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário**Assunto Principal:** 9597 - Seguro**Nível de Sigilo:** Público**Pendências****Citações:** Cumprir Prazo Para: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Prazo: 10/02/2020 à 04/03/2020 (15 dias):**Informações Gerais****Informações Adicionais****Partes****Movimentações****Apensamentos (0)****Vínculos (0)****Reales****Realçar Movimentos de:**☐ Magistrado☐ Servidor☐ Advogado☐ Membro MP☐ Defensor☐ Procurador☐ Outros☐ Audiência**Ocultar Movimentos:**☐ Inválidos☐ Sem Arquivo☐ Hab. Provisória**Filtros****Movimentado Por:**☐ Advogado☐ Defensor Público☐ Entidades Remessa☐ Magistrado☐ Procurador☐ Servidor**Sequencial(Intervalo):** ao **Data do Movimento(Período):** à **Descrição:**

11 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 11

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	11	12/02/2020 09:47:30	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	11.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2694719PETICAODEPROVASJUR01.pdf Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de JOELSON CASTRO SALES) em 11/02/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (05/02/2020) e ao evento de expedição seq. 7.	
10	11/02/2020 14:21:14		Wallyson Barbosa Moura Advogado
		LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 07/02/2020 referente ao evento de expedição seq. 8.	
9	07/02/2020 12:44:00		JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	8	07/02/2020 10:11:08	EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - utilizando contrafé
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de JOELSON CASTRO SALES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (05/02/2020)	
	6	05/02/2020 11:51:49	CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE
	5	04/02/2020 17:30:42	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL
	4	04/02/2020 17:30:42	RECEBIDOS OS AUTOS
	3	04/02/2020 17:30:42	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR
		Registro de Distribuição	
	2	04/02/2020 17:30:42	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO
		3ª Vara Cível	
	1	04/02/2020 17:30:41	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL
			Wallyson Barbosa Moura Advogado



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08036464120208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOELSON CASTRO SALES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de fevereiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR